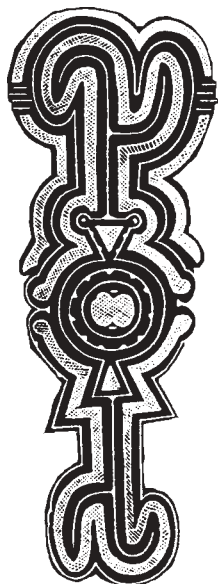


O outro lado do abismo

As perspectivas
Latino-americanas e do Caribe
diante da CMSI





Agencia Intergubernamental de la Francofonía

Agência Intergovernamental da Francofonia

Este livro foi produzido graças ao apoio financeiro da Agência Intergovernamental da Francofonia (AIF - <http://agence.francophonie.org>), uma organização que trabalha para a paz, a democracia e para os direitos humanos e que tem o seu foco no desenvolvimento sustentável e o acesso a informação dentro de um marco de respeito da diversidade cultural e lingüística. O apoio, viabilizado através de seu Instituto das Novas Tecnologias da Comunicação e da Capacitação (<http://intif.francophonie.org/>), cobre as traduções dos artigos, a edição, a impressão e a difusão deste livro assim como a criação do sítio web associado (<http://www.redistic.org/folleto-cmsi>).

A Francofonia foi a promotora de um esforço de colaboração de várias organizações do mundo francófono, hispanófono e lusófono, estabelecendo uma aliança para enfrentar as metas apresentadas pela sociedade da informação em relação com a diversidade cultural. O projeto Três Espaços Lingüísticos (<http://www.3el.org/>) é um âmbito inovador de reflexão para o desenho de novas estratégias de cooperação internacional que permitam reforçar, através do diálogo entre as culturas, a construção de uma cultura de paz, sendo um de seus valores principais o respeito pelas diferenças.

Desta forma a Francofonia contribuiu para a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (<http://smsi.francophonie.org/>) e, em complementação de seu papel intergovernamental (ver as contribuições para Cúpula resultantes da Conferência Interministerial de Rabat em http://www.francophonie.org/documents/pdf/declarations/declaration_rabat_esp.pdf) apoiou a participação de atores e atrizes da sociedade civil nas diferentes etapas da Cúpula.

Publicação da "Rede sobre o Impacto Social das Tecnologias da Informação e Comunicação" (RedISTIC)

<http://redistic.org>

Editado em setembro de 2003

Comitê Editorial

Luis Germán Rodríguez, Coordenador (Igrodri@funredes.org)
Fundación Redes y Desarrollo (FUNREDES) Venezuela

Valeria Betancourt (valeriab@apc.org)
Asociación para el Progreso de las Comunicaciones (APC)

Rubén Darío Ibáñez (rdi@ricyt.edu.ar)
Centro REDES

Kemly Camacho (kemly@acceso.or.cr)
Fundación Acceso

Daniel Pimienta (pimienta@funredes.org)
Fundación Redes y Desarrollo (FUNREDES) República Dominicana

Susana Finkelievich (sfinkel@ciudad.com.ar)
INFOPOLIS. Universidad de Buenos Aires

Miguel Saravia (miguel@itdg.org.pe)
Intermediate Technology Development Group (ITDG)

Paulo Henrique Lima (plima@rits.org.br)
Red de Información para el Tercer Sector (RITS)

Rubén Araya (ruben@sociedadcivil.cl)
Universidad Bolivariana de Chile

Diagramação e desenho gráfico Maria Fernanda Sosa.
Ingenium Asesores Creativos

Traduções com a participação da União Latina (<http://www.unilat.org/>)
Colaboração especial de Bellanet (<http://home.bellanet.org/>)

Fotografias Yves Beaulieu. IDRC, 2003

Impresso em Editorial Ex Libris. Caracas, Venezuela.



Associação para o Progresso das Comunicações

Trata-se de uma rede internacional de organizações cívicas que dão poder e assistência a grupos e particulares que trabalham pela paz, pelos direitos humanos, pelo desenvolvimento e proteção do meio ambiente, através do uso estratégico de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), incluindo a Internet.

<http://www.apc.org>



Centro Redes

O Centro de Estudos sobre Ciência, Desenvolvimento e Educação Superior é uma instituição dedicada à pesquisa Interdisciplinar, à docência e à prestação de serviços técnicos, que tem por objetivo a abordagem de problemas relacionados com a ciência, a tecnologia, a inovação, as estratégias de desenvolvimento e a educação superior na Argentina e na América Latina. Ao mesmo tempo, é a sede de coordenação da Rede Ibero-americana de Indicadores de Ciência e Tecnologia (RICYT).

<http://www.centroredes.org.ar>



Fundação Acceso

Acceso é uma organização não-governamental de desenvolvimento, com sede na Costa Rica e programas ativos na América Latina.

Oferecemos assistência técnica, habilitação e apoio para o desenvolvimento institucional de organizações locais, nacionais e internacionais que compartilham nosso compromisso com o desenvolvimento equitativo, participativo e sustentável.

<http://www.acceso.org/>



Fundação Redes e Desenvolvimento

Organismo não-governamental Internacional dedicado à difusão das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) nos países em vias de desenvolvimento, especialmente na América Latina e no Caribe, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento e a integração regionais, colaborando com organismos internacionais, ONGs, Estados e instituições públicas ou privadas interessadas.

<http://funredes.org>

Infopolis

Programa de Pesquisas sobre a Sociedade da Informação (INFOPOLIS), do Instituto de Pesquisas Gino Germani, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Buenos Aires, que aborda temas relacionados com a Sociedade da Informação: e-governo, e-política, TIC e desenvolvimento local, indicadores da Sociedade da Informação na América Latina e no Caribe, apropriação social das TIC, telecentros, redes comunitárias e outros.

<http://www.fsoc.uba.ar/invest/iigg/index.htm>,



ITDG

Trata-se de uma equipe de cooperação técnica internacional que trabalha junto às populações rurais e urbanas com poucos recursos buscando soluções práticas para a pobreza mediante o uso de tecnologias apropriadas.

<http://www.itdg.org.pe/>



Rede de Informação para o Terceiro Setor

Trata-se de uma organização sem fins lucrativos cuja missão é fortalecer as organizações da sociedade civil através do uso estratégico das TIC. Em seus principais eixos de trabalho oferece informação qualificada sobre o terceiro setor, o acesso democrático às TICs e a gestão do conhecimento, promovendo e oferecendo apoio para a articulação de redes e desenvolvendo atividades de corporativismo e advocacia, buscando a promoção de políticas e projetos para a inclusão.

<http://www.rits.org.br>



O Programa "Internet y Sociedad" da Universidad Bolivariana tem por objetivo contribuir para a formulação de políticas públicas que garantam o acesso, uso e apropriação social da Internet por parte dos agentes públicos, privados e da sociedade civil, com o propósito de maximizar o bem-estar social e o desenvolvimento sustentável. Para atingir seus objetivos, desenvolve atividades orientadas para: incentivar o debate sobre o impacto da Internet na Sociedade; desenvolver capacidades e tornar possível a apropriação social da Internet, além de desenhar e executar projetos-pilotos que facilitem os processos de aprendizagem e a multiplicação das práticas bem sucedidas.

<http://www.ubolivariana.cl/>



Introdução	7
Seção 1: Visões: Posições de princípios e valores que regem a orientação	
1. Trabalhando a Internet com uma visão social <i>Comunidad Virtual Mística</i>	9
2. Cooperação internacional baseada em conhecimento: Nos a queremos? e precisamos dela? <i>Rosa María Torres</i>	16
3. Uma proposta metodológica para medir a transição da América Latina para a Sociedade da Informação <i>Fernando Peirano</i> <i>Carlos Bianco</i> <i>Gustavo Lugones</i>	20
4. Abismo Digital: o que está acontecendo? <i>Daniel Pimienta</i>	24
5. TIC, desenvolvimento e redução da pobreza <i>Susana Finquelievich</i>	26
6. Ideias para repensar a Conectividade nas Áreas Rurais <i>Miguel Saravia</i>	29
7. O acesso da Sociedade Civil à gestão direta de meios de comunicação <i>Gustavo Gómez</i>	34
Seção 2: A Cúpula Mundial Sobre a Sociedade da Informação a partir da ALC	
8. Declaração de <i>somos@telecentros</i> para a cúpula mundial sobre a sociedade da informação <i>Comité Interino de <i>somos@telecentros</i></i>	38
9. A Cúpula Mundial Sobre a Sociedade da Informação vista pelos que trabalham no terreno: Entramos na roda ou criticamos do lado de fora? <i>Daniel Pimienta</i>	39
10. A Cúpula Mundial da Sociedade da Informação: As cartas estão marcadas? <i>Paulo Lima</i>	41
11. Devemos debater sobre o direito à comunicação com mente aberta <i>Marco Navas Alvear</i>	44
12. A Sociedade civil latino-americana ativa diante da CMSI: relatórios dos processos nacionais <i>Valeria Betancourt</i>	47

Seção 3: A sociedade da informação a partir da ALC: Temas e experiências próprias

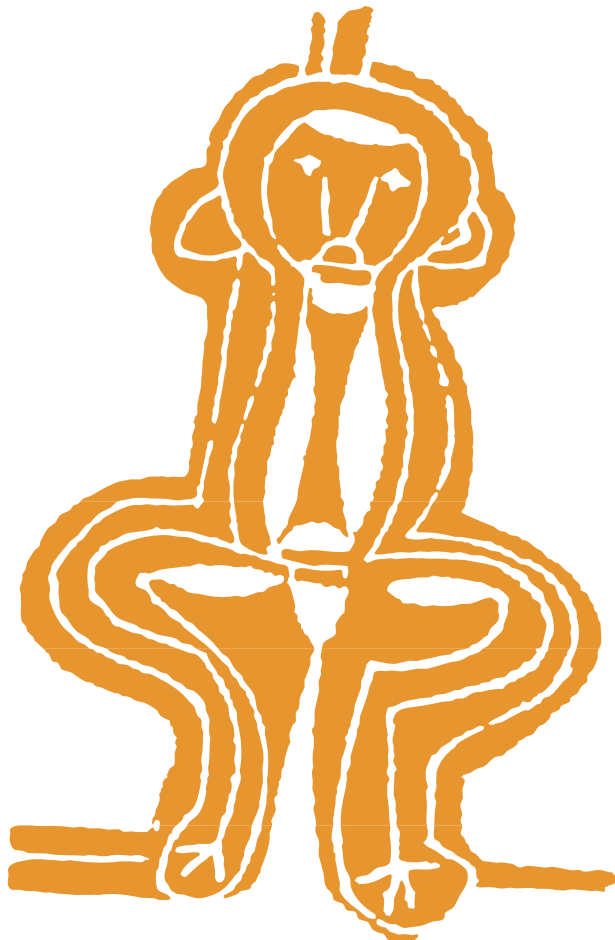
13. Reflexões sobre a sociedade do conhecimento na Costa Rica <i>Kemly Camacho</i>	51
14. O Haiti na sociedade de informação: mecanismos e condições da apropriação tecnológica <i>Gotson Pierre</i>	54
15. O papel da sociedade civil nos processos de infoinclusão <i>Paulo Lima</i> <i>Graciela Baroni Selaimen</i>	58
16. Comunidades e portais cidadãos: para quê? Reflexões a partir de uma visão social da internet <i>Rubén Araya Tagle</i>	62
17. Os povos indígenas e a sociedade da informação na América Latina e o Caribe: Um marco para ação <i>Isabel Hernández</i> <i>Silvia Calcagno</i>	66
18. Formando Cidadãos para a Sociedade da Informação: A experiência dos Operadores da Rede de Informação Comunitária <i>Rodrigo Garrido</i> <i>Manuel Morales</i> <i>Alejandra Villarroel</i>	69

Declaração de somos@telecentros para a cúpula mundial sobre a sociedade da informação

Comité Interino de
somos@telecentros
Abril 2003

Os participantes do II Encontro Regional de somos@telecentros, reunidos entre os dias 9 e 11 de abril de 2003 em Quito, Equador;

Considerando que a missão de somos@telecentros estabelece que é necessário gerar e fortalecer, a partir da América Latina e do Caribe, uma rede humana, solidária, comunicativa, democrática e participativa que possa gerar políticas baseadas nos princípios de respeito à diversidade cultural, lingüística e étnica, ideológica, e de geração e à igualdade de gêneros, e que incentive o uso e a apropriação social das tecnologias da informação e da comunicação por parte dos diferentes agentes, organizações, movimentos sociais, comunidades e redes cidadãos, gerando e apoiando processos para um desenvolvimento sustentável, real e equitativo da sociedade mediante um movimento global de telecentros comunitários;



Participando do processo preparatório para a realização da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, a ser realizada em Genebra em 2003 e em Tunis em 2005; e partindo do fato de que somos organizações e indivíduos com um certo percurso no trabalho em desenvolvimento humano, com base nas TICs, e que, por isso, contamos com experiências e conhecimentos significativos;

Assinalamos o seguinte:

Consideramos necessário abrir e incentivar debates participativos e uma reflexão analítica crítica sobre o conceito e a natureza da sociedade da informação.

Que somente o fortalecimento das capacidades locais permitirá processos de inclusão das necessidades e demandas das comunidades e a participação ativa no rumo tomado pela Sociedade.

Que devem ser promovidos processos de aprendizado contínuo em TICs para o desenvolvimento de capacidades dos indivíduos e comunidades a fim de gerenciar o uso apropriado das TICs como ferramentas para resolver problemas, fortalecer identidades e culturas locais e satisfazer necessidades reais.

Consideramos necessário o fortalecimento de capacidades e habilidades para que as pessoas desenvolvam e compartilhem os conteúdos úteis para elas mesmas, e que sirvam para satisfazer suas necessidades e melhorar sua qualidade de vida.

Afirmamos que o tema do acesso ultrapassa as fronteiras da conexão, da infra-estrutura de TIC e das próprias TICs.

Afirmamos que o acesso e a apropriação da informação são um requisito para o desenvolvimento e a liberdade dos indivíduos.

Acreditamos na necessidade de estimular processos de inovação tecnológica local.

Deverão ser levadas em consideração as iniciativas surgidas na sociedade civil em relação com as políticas públicas e os marcos reguladores aplicáveis, com especial consideração pelas iniciativas que buscam uma solução integral não só para o tema em si.

Pensamos que é necessário uma formulação, discussão, implementação e desenvolvimento de políticas públicas e/ou privadas transversais, locais, nacionais, regionais e supra-regionais, com participação dos diferentes agentes sociais que garantam o alcance de todos os aspectos mencionados.

A Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação vista pelos que trabalham no terreno: Entramos na roda ou criticamos do lado de fora?

DANIEL PIMIENTA

Há vários anos, fui convidado para uma oficina da Universidade das Nações Unidas (UNU), em Maastricht, que havia reunido perto de 80 executivos do sul e do norte, além de responsáveis políticos, a academia e a sociedade civil. O tema era a construção de redes no sul. Era um época heróica de criação de redes, época em que a liderança e capacidade de mobilização faziam mais do que os orçamentos, mas, ao mesmo tempo, era uma época em que muitas redes telemáticas da sociedade civil estavam asfixiadas por falta de recursos, apesar dos heróis.

De repente, a discussão centrou-se em como construir uma rede de pesquisa e desenvolvimento em Burkina Fasso. Havia alguns colegas desse país africano que ouviam os bons conselhos que surgiam cá e lá e, obviamente, os dos representantes de organismos internacionais do norte. A discussão durou mais de uma hora e podia-se ver a perplexidade estampada no rosto dos africanos; não pude deixar de pensar nas duas redes que estávamos gerenciando naquele momento (REDID, na República Dominicana, e REHRED no Haiti), realizadas com orçamentos muito limitados e muita força de vontade.

Só esperávamos ter um apoio de 40.000 US\$ para cada uma delas, objetivando assentar seus progressos e entrever alguma forma sustentável de crescimento. Eu tinha certeza de que, com essa quantia, mudaríamos radicalmente a evolução dos projetos. Mas não se podia (ou não sabíamos como) conseguir esse apoio.

“Não temos menos capacidade que os que nos dão conselhos”, pensei. “Não necessitamos tantas opiniões condescendentes; o sul tem gente tão capacitada quanto o norte para a realização desses projetos: só precisamos de apoio financeiro e saberemos o que fazer”. Com certeza, naquele mesmo momento, os especialistas de Burkina Fasso, formados na França e sem nenhum complexo, deviam pensar algo parecido. Mas, eles continuavam escutando pacientemente.

Comecei a ficar irrequieto e, para terminar com o meu mal-estar, comecei a calcular o custo direto e indireto da reunião para a qual havia sido convidado, o vôo em classe “executiva”, uma semana na linda cidade de Maastricht. Primeiramente, calculei o custo médio das

passagens, hotéis e diárias, multipliquei-os por 80 e dividi pelo número de horas da reunião (custos diretos) e, depois, avaliei uma semana de salário das pessoas ali presentes. Cheguei a um custo direto horário da ordem de 20.000 US\$ e um custo indireto da ordem de 5.000 US\$.

Pedi a palavra e declarei algo assim: “Sou um agente de terreno, criei duas redes nacionais, com um investimento inferior a 40.000 US\$ em ambos os casos. Com a mesma soma, hoje poderíamos transformar esses projetos numa realidade de terreno. Acabo de calcular que as duas horas que levamos discutindo sobre como ajudar nossos amigos de Burkina Fasso a construir uma rede custam 50.000 US\$. Pergunto-me se não teria sido mais eficiente apoiá-los com essa soma em vez de os convidar para ouvir nossos conselhos”. Minha declaração esfriou o ambiente, com algumas risadas dificilmente reprimidas nas (poucas) pessoas de terreno presentes e caretas em outros rostos. Pensei: “Eles nunca mais vão me convidar!”

Era natural que minha intervenção parecesse uma provocação de mau gosto e, para ser franco, outros exemplos bem piores haviam surgido, tendo-se em conta que a UNU é uma instância acadêmica não orientada para a ação. O mesmo ocorreu numa reunião no Caribe, na mesma época, na qual os especialistas de organismos internacionais discorreram sobre as redes necessárias na região sem nem sequer ter se preocupado em convidar as pessoas que, a duras penas, estavam construindo redes nas trincheiras, com sua energia e fé como maiores recursos.

Imaginem, então, o que vai custar a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, com suas mais de 20 reuniões preparatórias para chegar às grandes reuniões de Genebra e, depois, Tunis! Neste caso, não se trata de mobilizar 80 pessoas, mas algo perto de 1.000! Imaginem o que os agentes do terreno poderiam fazer com todo esse dinheiro. Melhor nem pensar....

De fato, havia surgido há alguns anos uma regra simples que poderia resolver as aparentes contradições deste tipo de reuniões que, supostamente, estão destinadas a estabelecer estratégias de ação. Algo muito simples, mas revolucionário. Seria preciso estabelecer uma espécie de imposto para o terreno da ordem de 10% da soma dos custos diretos de tais reuniões. A soma poderia ir para uma caixa comum que poderia ser destinada aos agentes do terreno no campo correspondente à temática/região da reunião mediante

um concurso aberto e transparente. Talvez com 5 % a mais fosse possível cobrir os custos de gerenciamento e acompanhamento de um concurso deste tipo. Sugerir novamente esta medida aos representantes da Secretaria da Cúpula Mundial para a Sociedade Civil, que pareceram ter se interessado. Oxalá possam pôr em prática esse princípio de justiça e razão.

Então, como agir? Participar ou não? Denunciar que o dinheiro está sendo gasto em palavras em lugar de ações? Correr o risco de servir de álibi para decisões que não são as que queremos? Perder a oportunidade de incidir nas agendas globais, regionais, nacionais em nome da importância do que é local? Enxergar a ocasião para articular o que é local com o global e valorizar os avanços obtidos no terreno? Tratar esta Cúpula como um evento entre muitos outros das Nações Unidas onde a sociedade civil está presente, depois do Rio de Janeiro (ecologia) e de Pequim (gênero)? Organizar-se para apresentar uma voz em sintonia para sermos eficientes? Ou, então, insistir dizendo que, por um elemento de coerência, se conceba e atue com outro paradigma, inspirado no poder das comunidades virtuais, que só foi possível graças à apropriação social das TIC? Enfim, podemos imaginar uma reunião na qual serão discutidas as bases de uma nova sociedade, deixando aos governos e ao setor privado a exclusividade da concepção? Que sentido pode ter um debate sobre o novo paradigma social sem os agentes da sociedade civil?

São perguntas muito difíceis de responder individualmente e, mais ainda, coletivamente. Assim sendo, não pretendo dar nenhuma resposta.

De fato, a ONG que me hospeda aceitou um orçamento limitado, desde o CIID, para catalisar um trabalho de reflexão coletiva no seio da comunidade virtual MÍSTICA com vistas a uma Cúpula. Ao aceitar, pulamos a etapa de responder a estas perguntas e encontramos na ação ou, melhor dizendo, na pesquisa-ação, sendo este nosso meio natural de trabalho.

Por isso participei da reunião PREPCOM em Genebra, aceitando a oferta inesperada e tardia de ocupar uma cadeira reservada à sociedade civil na mesa de abertura e pude preencher os 7 minutos previstos com uma comunicação, em espanhol (fui o único da mesa a não falar em inglês), que apresentava uma visão de alguém do terreno no sul. A comunicação pode ser consultada no site web da Cúpula no endereço <http://www.itu.int/ws> ou no site da Funredes.

Assim, o que podemos fazer e como articular outras iniciativas?



A filosofia que ampara nossa intervenção é coerente com nossa natureza e visão e com nossas perspectivas. Natureza de facilitador e articulador dentro da experimentação de um uso apropriado das TIC com visão social, visão da importância de respeitar a pluralidade e diversidade das sociedades civis; com

perspectivas para uma democracia participativa baseada nas novas ferramentas das quais nos apoderamos. A coerência nos leva a outorgar a mais absoluta importância à qualidade dos processos participativos acima de tudo. A mesma coerência nos obriga a tentar manter, dentro desta pluralidade, níveis de articulação que incluam passarelas que nos ligam a outras iniciativas. Se a sociedade civil é capaz de projetar seu conhecimento sem que se desagregue e sem limitar a diversidade, terá demonstrado nesta Cúpula que possui mais capacidade para desenhar a sociedade de amanhã que seus agentes “representativos”. Este não é, com certeza, um objetivo insignificante.

Nossa intenção é permitir, desde a infância, que a voz dessas pessoas que pensam e agem coletivamente na comunidade virtual Mística e daquelas que constituem um segmento significativo dos agentes do campo de nossa região (tanto acadêmicos quanto ativistas) tenha valor. O método considerado é o dos documentos construídos coletivamente no seio dessa comunidade (ver, por exemplo, o último deles intitulado “Trabalhando a Internet com uma visão social”).

Vamos propor que assim sejam construídos os documentos:

- Um documento curto que será uma desconstrução ácida do conceito tão em moda atualmente do “abismo digital”;
- Outro documento, que tentaria modelar uma visão, certamente utópica, de uma nova sociedade que agora chamamos, num jogo de palavras, de “utopia da informação”.

Digo “propor” porque, como todos sabem, as comunidades virtuais decidem por si mesmas o que querem ou não empreender. Então, propomos na Funredes e a Mística disporá.

Caso tenham interesse e desejem saber até onde vai nos levar esta “utopia”, ou se querem participar de sua construção, procurem-nos. Serão sempre bem-vindos.

Para concluir, uma resposta possível ao dilema da participação na Cúpula poderia ser levar a cabo ações dentro das comunidades confiando em que, finalmente, possam servir a nós mesmos, ainda que não sirvam para esta Reunião ou que esta Reunião não defenda nossos interesses.

A Cúpula Mundial da Sociedade da Informação: As cartas estão marcadas?

PAULO LIMA

1. Cyranek, Gunther - A Visão da Unesco sobre a Sociedade da Informação. Disponível no site: <http://www.ip.pbh.gov.br/revista0301/ip0301cyranek.pdf>

2. Cumbre Mundial sobre la Sociedad de la Información, dez, 2001, ITU / UN - brochura de divulgação.

2003 colocará na agenda dos grandes temas do planeta a construção da Sociedade da Informação, terá início o conjunto de reuniões decisivas para a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação.

O encontro foi idealizada em 21 de dezembro de 2001 quando a Assembléia Geral das Nações Unidas adotou a Resolução (A/RES/56/183) que referenda a organização da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI). A Cúpula, que foi convocada sob os auspícios do Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, tem sua preparação sob a responsabilidade da União Internacional de Telecomunicação (UIT) e outros organismos das Nações Unidas interessados e dos países anfitriões.

A Cúpula se confirma a partir da Resolução 73 da Conferência de Plenipotenciários da UIT, pela qual se realizaram consultas entre os organismos das Nações Unidas e se afirmou a necessidade de celebrar uma Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação. O órgão de governo da União Internacional de Telecomunicações (UIT), o Conselho, em sua reunião de 2001, aprovou a celebração desta Cúpula, que se realizará em duas fases: em Genebra, Suíça, de 10 a 12 de dezembro de 2003, e em Túnez, Tunísia, em 2005.

A Cúpula abordará uma ampla gama de assuntos relativos à Sociedade da Informação, e como resultado, se prevê uma visão comum e uma melhor compreensão da transformação da sociedade. Se espera que a Cúpula adote uma Declaração de Princípios e um Plano de Ação para facilitar o desenvolvimento efetivo da Sociedade da Informação e ajudar a combater a info-exclusão. Trata-se, então, de reunir representantes governo, o setor privado, a sociedade civil e as Organizações não Governamentais. Será uma oportunidade única para que a comunidade mundial considere e participe da proposição de metas para a construção da Sociedade da Informação.

Criação de infra-estrutura

- O papel das telecomunicações, inversão e tecnologia na criação da infra-estrutura da Sociedade da Informação e redução da brecha digital

Portas abertas

- Difundir o acesso universal e equitativo a Sociedade

da Informação

- Satisfazer as necessidades dos países em desenvolvimento
- A informação como bem público comum

Serviços e aplicações

- Efeitos da Sociedade da Informação no desenvolvimento econômico, social e cultural
- Efeitos da Sociedade da Informação na ciência

Necessidades dos usuários

- Proteção, privacidade e direitos do consumidor
- Conteúdos pertinentes, que reflitam a diversidade cultural e o direito à comunicação
- Ética da Sociedade da Informação
- Capacitação do usuário
- Proteção do trabalhador e privacidade do lugar de trabalho

Desenvolvimento de um marco geral

- O papel dos governos, setor privado e a sociedade civil na conformação da Sociedade da Informação
- A informação como bem público comum (informação de domínio público)
- Direitos de propriedade intelectual e excessões estabelecidas por lei
- Liberdade de expressão
- Políticas em matéria de tarifas das telecomunicações e o acesso à Internet

TIC e educação

- As TIC como alavanca das transformações educativas
- O entorno do ensino: TIC, professores, alunos e conteúdo
- As necessidades do trabalhador de hoje

Que Sociedade da Informação queremos?

A expressão 'Sociedade da Informação' refere-se a um modo de desenvolvimento social e econômico em que a aquisição, armazenamento, processamento, valorização, transmissão, distribuição e disseminação de informação que conduza à criação de conhecimento e à satisfação das necessidades dos cidadãos e das empresas, desempenhando um papel central na atividade econômica, na criação de riqueza, na definição da qualidade de vida dos cidadãos e das suas práticas culturais. A sociedade da informação corresponde, por conseguinte, a uma sociedade cujo funcionamento



recorre crescentemente a redes digitais de informação. Esta alteração do domínio da atividade econômica e dos fatores determinantes do bem-estar social é resultante do desenvolvimento das novas tecnologias da informação, do audiovisual e das comunicações, com as suas importantes ramificações e impactos no trabalho, na educação, na ciência, na saúde, no lazer, nos transportes e no ambiente, entre outras.

Um fator determinante para o êxito destas transformações é a sua ativa aceitação social. É essencial criar condições equitativas de acesso aos benefícios que esta gera e combater simultaneamente os fatores que conduzem a novas formas de exclusão do conhecimento, a info-exclusão. É indispensável fomentar o reforço da coesão social e da diversidade cultural, a equidade de condições em espaços regionais diversificados, incentivar a participação dos cidadãos na vida da comunidade e oferecer um Estado mais aberto e democrática na identificação dos problemas e das soluções de interesse público.

A sociedade da informação tem de ser uma sociedade para todos. Na definição das medidas de política para a construção da sociedade da informação devem-se estabelecer condições para que todos os cidadãos tenham oportunidade de nela participar e desse modo beneficiar das vantagens que este novo momento do desenvolvimento da civilização tem para oferecer. Para

isso, é indispensável que todos possam obter as qualificações necessárias ao estabelecimento de uma relação natural e “amigável” com as tecnologias da informação e que seja possível o acesso em locais públicos sem barreiras de natureza econômica (telecentros comunitários públicos e gratuitos) que contribuam para a superação das dificuldades iniciais das populações hoje excluídas destas possibilidades. Contudo, a democratização da sociedade do futuro passará pela possibilidade da grande maioria da população ter acesso às tecnologias de informação e pela capacidade real de as utilizar. Caso contrário elas poderão tornar-se um poderoso fator de exclusão social.

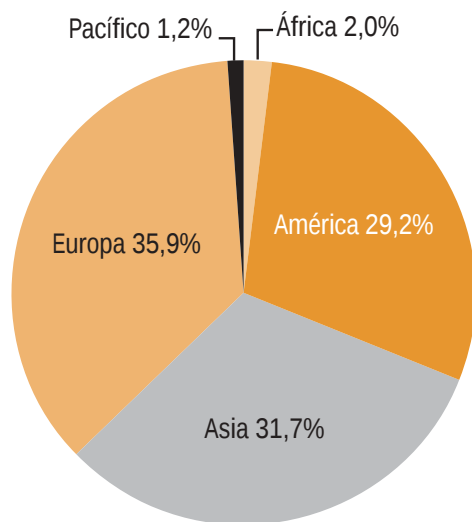
A sociedade de informação encerra em si uma potencial contradição - valoriza o fator humano no processo produtivo, ao transformar o conhecimento e a informação em capital, mas, simultaneamente, desqualifica os novos “analfabetos” das tecnologias de informação, podendo dar origem a um nova classe de excluídos. A Sociedade da Informação que queremos e pela qual trabalhamos é ciente destas armadilhas e desafios. E este é o momento de marcar a presença com propostas efetivas e transformadoras, de apontar a exploração abusiva dos custos de banda Internet nos países em desenvolvimento e para discutir fundos e propostas de longo prazo para o combate à info-exclusão.

Desafios para os países em desenvolvimento

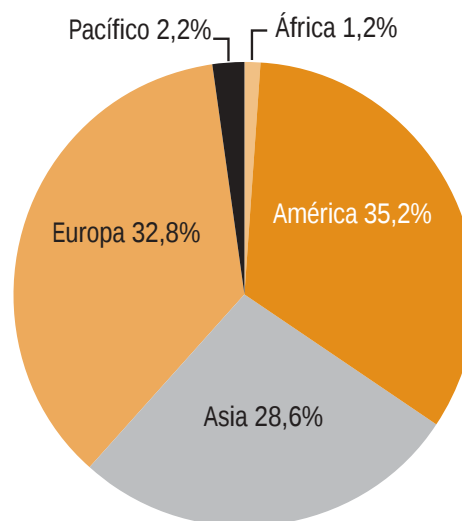
“Uma Sociedade da Informação aberta e universal somente poderá se desenvolver e subsistir se ela for baseada em princípios políticos fundamentais que sejam compreendidos por todos. O acesso universal a todos os novos serviços de informação e mídia é, em muitas mentes, o mais importante desses princípios e está implicitamente incorporado à Declaração Universal dos Direitos Humanos, particularmente o artigo 19, que trata da liberdade de expressão, e o artigo 27, relacionado à liberdade de acesso à informação e proteção da segurança e privacidade dos usuários¹.”

A Rits, articulada com a Associação Brasileira de Organizações não governamentais - ABONG, vem participando de várias discussões preparatórias e, de pronto, pôde avaliar três importantes questões não incorporadas na preparação desta Cúpula. No momento em que antecede a II PrepCom (reunião preparatória que acontecerá de 17 a 28 de fevereiro em Genebra) é fundamental trazê-los à tona, lançar luz sobre e preparar-se para o debate, que, pelo que se anuncia terá uma presença muito forte dos países desenvolvidos e as grandes corporações solidamente articuladas. O documento de divulgação da Cúpula², ao analisar a distribuição dos recursos da Sociedade Informacional no mundo apresenta os seguintes gráficos:

Linhas telefônicas fixas (um bilhão)



Quantidade estimada de usuários de Internet (350 milhões)



Observando os gráficos, percebe-se imediatamente que há uma grave distorção na análise, ao se simplificar a distribuição por um critério exclusivamente geográfico. Não há como se trabalhar com os conceitos acima afirmados (distribuição equânime e justa de recursos) reunindo-se os países da América do Norte (nomeadamente EEUU e Canadá) com os países da América Latina. A análise prejudica na base o avanço da construção de uma proposta de Sociedade Informacional que inclua os países em desenvolvimento.

Outra questão importante é a completa ausência de referência ao português como idioma de trabalho para a Cúpula. Somos, no Brasil, cerca de 175 milhões de cidadãos que não terão acesso a documentos em nossa língua ou teremos que ler os documentos em francês, inglês ou espanhol. No Brasil ainda não estão difundidos as propostas que o Governo brasileiro irá defender na Cúpula. Com grande tradição e certa liderança entre os países em desenvolvimento nos processos de discussão do sistema das Nações Unidas, o Brasil joga um papel central. Por essa e dezenas de outras razões se justificaria um amplo debate entre os governos em seus diversos níveis, as empresas e as Ongs para a construção coletiva de propostas para a Declaração de Princípios e Plano de Ação da CMSI. Corre-se o risco de vermos acontecer, de longe, a realização de uma Cúpula Mundial da Sociedade da Informação dos países ricos...

Devemos debater sobre o direito à comunicação com mente aberta

navmal@
andinanet.net.
Ecuador.
Instituto
Latinoamericano
de Investigaciones
Sociales (ILDIS)
Novembro 2002

MARCO NAVAS-ALVEAR

Estamos perto da primeira fase da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação e um dos resultados mais esperados é o pronunciamento sobre os direitos humanos em matéria de comunicação.

Neste âmbito, intensifica-se o debate sobre o conceito e os conteúdos do **direito à comunicação**. No entanto, é preocupante ver que uma parte deste debate está sendo realizada a partir de visões parciais que podem induzir a resultados estéreis. Neste sentido, é especialmente inquietante essa pobre discussão sobre o tema a partir de uma perspectiva latino-americana.

Considerando esta situação, queremos ressaltar alguns elementos que talvez possam contribuir para uma reflexão e avivem uma discussão mais profunda e integral. Assim, também lançamos um apelo para que o assunto seja abordado com mente aberta e a partir de todos os ângulos possíveis.

Antecedentes

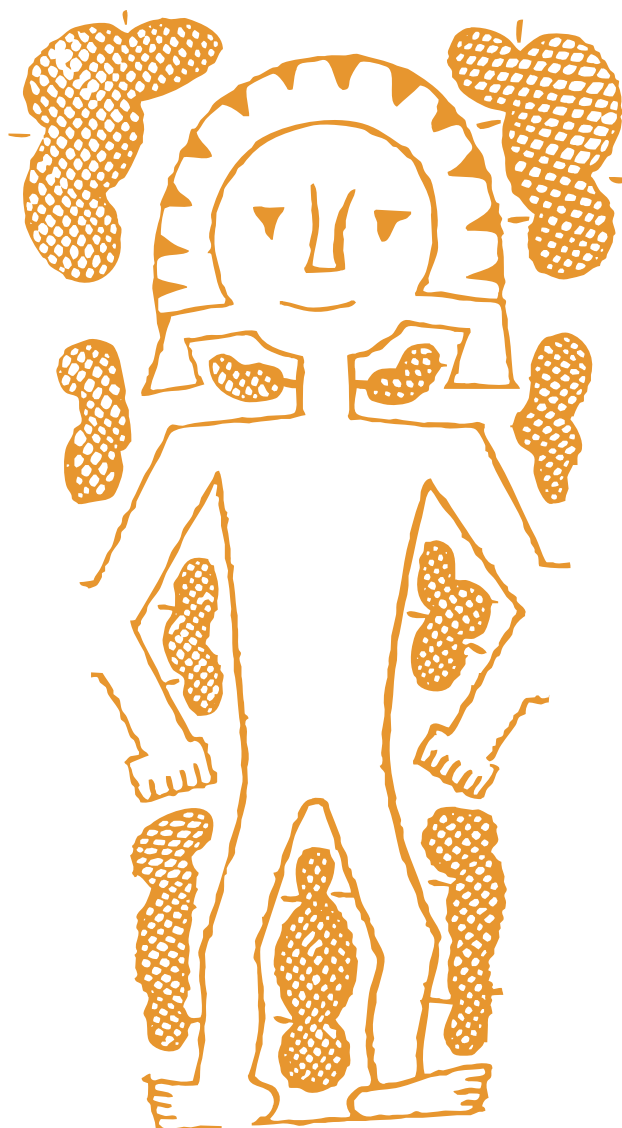
Proposto pela primeira vez por Jean D'Arcy no fim dos anos 60 no contexto do que, na época, era um fervente debate acerca de uma nova ordem internacional em comunicação, o tema do **direito à comunicação** ainda é uma idéia inacabada e inovadora diante das formas tradicionais de ver a comunicação, que vão dos direitos ao campo da comunicação.

A proposta básica de D'Arcy pode ser resumida nestas palavras: "Hoje em dia, parece possível dar um novo passo adiante: o direito do homem à comunicação como resultado de nossas últimas vitórias contra o tempo e o espaço, assim como nossa maior consciência sobre o fenômeno da comunicação. Este direito fundamental estava implícito e subjacente desde a origem de todas as liberdades conquistadas, tais como a da opinião, a da expressão, da imprensa e da informação. O aparecimento das máquinas, que se interpõem entre os homens, fez-nos esquecer de sua existência. Hoje, vemos que este direito engloba todas as liberdades, mas, além disso, traz, tanto para os indivíduos quanto para as sociedades, as noções de acesso e participação na informação e na corrente bilateral da informação, noções necessárias, como sabemos, para o desenvolvimento harmonioso do homem e da humanidade."¹

A pergunta à qual nos levam estas palavras é se os pressupostos atuais dos Direitos Humanos em comunicação são ou não são mais adequados para englobar a comunicação como processo interativo bi ou multilateral e de diálogo.

Como resposta a esta interrogação, criou-se a necessidade de construir um novo direito que, para ser reconhecido formalmente, deverá passar por um longo processo.

O problema reside justamente no fato de o direito à comunicação ser hoje em dia mais que um direito definido, conforme destacamos anteriormente, sendo



1. Cfr. "Iniciativas ciudadanas por el derecho a la comunicación", en *Chasqui, Revista Latinoamericana de Comunicación*, N. 64, Quito, CIESPAL, Dic. 1998, p. 30.

1. Cf. “Breve glosario razonado de la Comunicación y la Información para comprender y comprenderse mejor”. Doc. Caracas, março de 2003.

2. Consultar sobre o tema o Curso Sistemático de DDHH no site www.iepala.es

um **campo disciplinar** a partir do qual podemos discutir e compreender todos os impactos que fenômenos como a digitalização e a convergência das tecnologias da comunicação e informação e a própria comunicação de massas produziram na vida social e no quotidiano das pessoas.

Neste sentido, a tarefa de reflexão avança a passos lentos e existem dúvidas plausíveis de que se possa chegar a tempo para conseguir, na Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, uma Declaração dos Direitos à Comunicação.

Diante desta situação, não podemos nos esquecer que as tradicionais liberdades de expressão e informação têm a vantagem de serem reconhecidas como direitos fundamentais nos principais instrumentos internacionais de Direitos Humanos, assim como em praticamente todas as constituições do mundo.

Alguns argumentos

Até agora, muitas das reflexões sobre o tema levavam a construir um **novo direito à comunicação** que, segundo alguns autores, era radicalmente diferente das liberdades de expressão e informação. Um direito que rompia com os direitos existentes. Nesta linha, autores como Antonio Pascuali, por exemplo, refletem sobre o tema sugerindo a necessidade de um corte radical entre os velhos direitos na comunicação - as liberdades - e o novo direito.¹

Apesar disso, seus argumentos, pelo menos a partir de uma teoria dos direitos humanos, são discutíveis. Não são levados em consideração os avanços no que diz respeito às exigibilidades a partir dos direitos já existentes e as possibilidades de lhes dar novos alcances adaptados à época atual. Isto, segundo o sentido que o autor citado anteriormente dá à sua reflexão, não é possível. Tampouco se considera o caráter sistemático dos direitos humanos que faz com que sejam vistos como um todo - um corpus integral -.¹

Pelo visto, o novo conceito de direito à comunicação, contrariamente ao que pensam alguns analistas, **não deveria, em nossa opinião, querer substituir** as noções anteriores, mas sim **incluí-las** dentro de uma visão integral e interativa da comunicação como processo de intercâmbio de significados.

O mais grave é que esta linha de análise baseada na descontinuidade e oposição entre as liberdades de expressão e informação e o novo direito à comunicação pode levar a uma estratégia enganosa na qual os setores da sociedade civil apostem tudo no reconhecimento de um novo direito e esqueçam os outros procedimentos de ação. A pergunta seria colocada neste contexto: E enquanto conseguimos que seja reconhecido o novo direito, o que acontece?

Não existe argumento forte o bastante que impeça ver uma continuidade nos direitos, produto de uma evolução histórica dos padrões internacionais de proteção dos direitos humanos.

Apesar de terem surgido em contextos históricos anteriores - o das revoluções burguesas ocidentais (século XVIII) no caso da liberdade de expressão, e o do pós-guerra (século XX) no tocante à liberdade de informação -, estes conceitos estão continuamente sendo revistos, produto da tarefa de coletivos sociais que pressionam para que eles tenham novos alcances. Uma amostra disso é a relativamente recente *Declaração de Princípios sobre a Liberdade de Expressão* da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, na qual outorgam novos alcances a este direito, reconhecido, neste caso, no artigo 13 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

Então, por que desconsiderar os direitos existentes e não os ver como oportunidades de ação. Tomá-los como instrumentos de luta para um direito à comunicação mais amplo depende muito -como diria Buenaventura de Souza Santos- do “uso alternativo” que se pode dar a estes conceitos e da capacidade dos agentes sociais em conceber novos significados a partir desses conceitos, redescrivendo -nos moldes de R. Rorty em sua obra *Ironía, Contingencia y Solidaridad*- ou, se preferirem, reescrevendo e dando outro significado a categorias como-“liberdade de informação” ou de “expressão”.

Neste sentido, recomendamos uma **estratégia heterodoxa** e não radical de negar e deslegitimar os direitos reconhecidos, procurando inventar outro direito diferente, tarefa que, por outro lado, é ilusória.

O grande desafio é, ao mesmo tempo que se continua lutando a partir dos direitos reconhecidos, partir da filosofia para apresentar propostas concretas sobre esse direito à comunicação. Este trabalho está sendo realizado por grande parte dos interessados no tema, organizações e academias, a partir de várias perspectivas e com diferentes intensidades.

O problema passa também pela articulação dos fundamentos conceituais do direito à comunicação e por seus conteúdos. Atualmente, existem muitos trabalhos que enfatizam a complexidade do tema e que, a partir de uma retórica filosófica, procuram salientar a importância de um novo direito à comunicação, experimentando definições de tipo normal. Sem deixar de ter importância, esta ação deve desembocar num trabalho de definição mais técnico sobre quais seriam os direitos específicos à comunicação que ainda não foram tratados dentro desta perspectiva interativa e de diálogo que supõe a comunicação.

Certos trabalhos recentes fizeram finca-pé neste exercício de precisão, tentando integrar elementos dos direitos anteriores – já consagrados – aos novos direitos em matéria de comunicação. Assim temos, por exemplo, o projeto de *Declaração sobre o Direito à Comunicação* de Cees Hamelink, que propõe como elementos-chave neste campo alguns elementos já existentes enquanto direitos, agrupando-os em direitos de informação, direitos culturais, de proteção, coletivos e de participação.¹

A lei internacional é um “processo vivo”, disse o próprio Cees Hamelink, ao responder às críticas a um documento, formuladas pela organização *Article 19*.² Esta afirmação teria, em nossa opinião, pelo menos duas implicações: a primeira é que a partir dos direitos humanos já reconhecidos pode-se ir adiante na tarefa de lhes dar significados mais abrangentes que possibilitam visualizar e proteger a área da comunicação e, a segunda seria desenvolver um processo mais lento de introdução de novos direitos específicos que estivessem em harmonia com os já existentes.

A questão é saber se estas duas implicações se referem a opções antagônicas ou se se pode optar por uma estratégia que as integre. Consideramos que o antagonismo mencionado é irrelevante diante da necessidade de integrar as duas perspectivas. Isso só é possível se se fizer um bom trabalho técnico de definição dos direitos.

Trabalhar sem colaborar para uma definição sólida do direito à comunicação ou, como fez Hamelink, segundo a crítica de *Article 19*, propondo conteúdos concretos, mas que constituíam uma repetição de textos sobre direitos já consagrados ou, o que é ainda pior, com novas formulações que afetam direitos antigos como a liberdade de expressão, são todas alternativas que podem levar, mais que a um resultado efetivo, a graves retrocessos no posicionamento sobre o tema.

No tocante à crítica sobre o documento de Hamelink, coincidimos em boa parte com as primeiras críticas formuladas em *Article 19*. Hamelink, numa recente resposta, não rebateu o argumento de que seu docu-

mento duplica formulações de direitos já existentes e o faz de forma polêmica, ainda que tivesse destacado tratar-se de uma espécie de primeira tentativa que, em função disso, é perfectível. Também disse algo muito importante: que o direito à comunicação poderia ser um tipo de “guarda-chuva” que reúne todos os direitos relacionados, idéia esta que compartilhamos.

Portanto, insistimos, sobretudo a partir de uma perspectiva latino-americana, em que é possível trabalhar garantindo os direitos existentes e, ao mesmo tempo, desenvolvendo propostas de conteúdos específicos de novos direitos à comunicação que tenham que ver com necessidades concretas de acesso, participação, uso e apropriação das TIC no contexto da Sociedade da Informação. Assim, é preciso desenvolver a melhor maneira de enunciar estas necessidades como direitos, mas também é necessário criar uma harmonização entre estes conceitos tão recentes e os direitos já existentes.

Além disso, a partir de uma ótica estratégica, devemos continuar o trabalho de nova significação ou reescrita que amplie a proteção que possa existir a partir dos direitos tradicionais, sobretudo através da interposição de demandas e petições com o conseqüente trabalho junto aos tribunais e juízes, além das ações de conhecimento e socialização. Estes são aspectos que não podemos negligenciar.

Mais do que superar estas dificuldades, o mais importante deste trabalho, a partir de um enfoque de direitos realmente integral e sistemático, é enfrentar uma “real política” dos governos e organismos internacionais decididores que privilegia o crescimento econômico em detrimento das necessidades humanas, e começar a promover uma noção de dignidade humana numa sociedade da informação com liberdade, mas, ao mesmo tempo, justiça e solidariedade.

Em soma, trabalhar a partir do já existente não exclui procurar novos conceitos para os assumir e reivindicar como direitos. Não existe oposição entre as duas tarefas. Este é um posicionamento mais realista e é urgente fazê-lo a partir da realidade latino-americana.

3. Ver www.crisinfo.org

4. Ver as críticas de *Article 19* em www.article19.org/1512.doc, e a resposta de Hamelink em lac.derechos.apc.org/wsis

A sociedade civil latino-americana ativa diante da CMSI: relatórios dos processos nacionais

VALERIA BETANCOURT

1. O relatório completo se encontra em: <http://lac.derechos.apc.org/wsis/cdocs.shtml?x=9112>

2. O relatório completo se encontra em: <http://lac.derechos.apc.org/wsis/cdocs.shtml?x=9827>

No final do ano 2002 e começo de 2003, organizações-membro da APC na Argentina (Wamani), no Equador (EcuaneX) e no México (LaNeta), e organizações associadas na República Dominicana (Funredes) e na Bolívia (CRISBOL) realizaram processos de consulta, reflexão, debate e ação em torno aos interesses, necessidades e visões nacionais para a construção e/ou desenvolvimento das chamadas “sociedades da informação”. Este documento reúne os aspectos mais relevantes das jornadas nacionais realizadas no âmbito da CMSI.

As metodologias utilizadas em cada país foram diferentes: Wamani realizou entrevistas eletrônicas com agentes-chaves da sociedade civil, de academias e do governo; a EcuaneX, a CRISBOL e a Funredes organizaram encontros e oficinas multissetoriais; a LaNeta trabalhou tendo como base a revisão de fontes secundárias (sites web institucionais, documentos, iniciativas, entre outros) e na realização de um foro de discussão. Nenhum dos relatórios que apresentam os resultados dos processos nacionais pretende exprimir a posição da sociedade civil em seu conjunto sobre a sociedade da informação, mas sim apresentar a situação, as tendências e visões de um número significativo de agentes.

Argentina ¹

“A falta de política (ou a política de não ter política) determinou, apesar de todas as áreas e programas [de TIC e sociedade da informação], as redundâncias lógicas e as ausências importantes”. Wamani chega a conclusões interessantes com base nas enquetes realizadas com agentes de diferentes setores e na análise crítica da situação das políticas e programas de TIC e sociedade da informação no país: a política tecnológica não se encontra desvinculada da política geral do Estado argentino. Política geral que, nos últimos anos, levou o país a sofrer um severo processo de desarticulação do contrato social e de crescimento dos índices de pobreza. Portanto, a definição de políticas de TIC e da sociedade da informação passa incontestavelmente por uma nova elaboração das regras políticas e econômicas gerais do Estado, na perspectiva de incorporar à diversidade de agentes sociais, sobretudo os tradicionalmente ausentes, o setor acadêmico e o setor associativo.

Com relação à CMSI, a demanda específica das ONGs tem a ver com a implementação de mecanismos virtuais objetivando incentivar a uma maior participação das OSCs.

Bolívia ²

A Bolívia está retomando um debate necessário e urgente. Anos de experiências ricas e concretas em comunicação alimentam a discussão e abrem o caminho para que o país contribua substancialmente no cenário continental. A Plataforma CRIS Bolívia, capítulo nacional da Campanha Mundial CRIS pelos “Direitos de Comunicação na Sociedade da Informação”, realizou dois encontros nacionais (entre os dias 2 de outubro de 2002 e 22 de janeiro de 2003) orientados para a definição coletiva dos rumos da Sociedade da Informação e Comunicação na Bolívia. Um dos resultados mais significativos do processo foi ter conseguido firmar acordos e consensos com o governo sobre temas e aspectos-chave da sociedade da informação. Este acordo serviu de base para a definição da posição boliviana na Conferência Regional da América Latina e do Caribe para a CMSI. Os pontos aprovados foram os seguintes:

- A Sociedade da Informação e Comunicação deve basear-se na comunicação como um Direito Humano Universal.
- A conceitualização e realização das estratégias gerais e específicas são de responsabilidade partilhada entre o Estado, o setor privado e a sociedade civil.
- Os meios de comunicação e informação devem agir em função do fortalecimento das identidades e capacidades locais (rurais, periurbanas e urbanas), para um desenvolvimento humano participativo, sustentável e sustentável no tempo. Devem objetivar a integração de todas as regiões, diferenciando os vários suportes tecnológicos em função das necessidades locais e regionais.
- Para suprir as Novas Tecnologias da Informação, em função de processos de Desenvolvimento Humano Sustentável, devem ser levados em conta cinco critérios: apropriação pela comunidade, produção de conteúdos locais, usos e aplicação de tecnologias apropriadas, convergência de tecnologias novas e tradicionais, e pertinência de línguas e culturas.
- Os suportes tecnológicos devem incluir tudo o que possa ajudar a satisfazer às diferentes necessidades da sociedade em termos de comunicação e informação: rádio, telefonia rural, televisão, vídeo, Internet, satélite etc.

- Além da importância da capacitação no uso dos suportes tecnológicos, é fundamental a educação para a apropriação e interpretação dos conteúdos de comunicação e informação em função de processos de desenvolvimento humano participativo, sustentável e sustentável.
- A criação de processos de sustentabilidade econômica é de responsabilidade conjunta de todos os setores (Estado, setor privado, sociedade civil). O destino e a execução dos fundos deve ser transparente e abranger os setores mencionados anteriormente, com base em estratégias e planos de ação a curto, médio e longo prazo, elaborados de forma participativa.

Não foi possível conseguir um acordo com o governo sobre o seguinte ponto:

- Através de um marco legal apropriado, o Estado deve garantir o Direito à Comunicação a todos os setores da sociedade. Isto requer promover o acesso e uso de conteúdos e meios de comunicação e informação. Além disso, implica em elaborar leis para o direito à produção e propriedade de conteúdos e meios, incorporando critérios de representatividade e pluralidade.

República Dominicana ³

Em janeiro de 2003, a Funredes liderou a realização de uma reunião de informação/reflexão para a sociedade civil latino-americana sobre as apostas nacionais

com relação à CMSI. A finalidade da reunião era informar e motivar os agentes mais relevantes da sociedade civil dominicana sobre as implicações e mudanças societárias em andamento com relação às Tecnologias da Informação e Comunicação e o processo de preparação para a realização da RCMSI neste ano de 2003.

As conclusões da jornada levam a reconhecer que, no tocante ao setor público, existe um consenso em dar prioridade na agenda nacional ao tema da sociedade da informação. Existe um leque de iniciativas e programas em andamento com relação à TIC e à sociedade da informação. Não obstante, estas estão orientadas basicamente para garantir o acesso e a infraestrutura. Encontra-se ausente a consideração de aspectos metodológicos para a execução dos programas, a visão de apropriação estratégica das TIC como ferramenta para o desenvolvimento, a capacitação enfocada na geração de conhecimento.

Na relação existente no tocante ao envolvimento e entendimento dos aspectos relacionados com as TIC e a sociedade da informação por parte das Organizações da Sociedade Civil, chega-se à conclusão de que estes são temas que não se encontram na agenda coletiva e que é urgente a elaboração de um processo intenso e sustentável de trabalho para conseguir incentivar a participação pró-ativa. Existe um potencial valioso acumulado nas OSCs e ONGs que têm em seu haver anos de experiência no setor das TICs e no tema

3. O relatório completo se encontra em: <http://lac.derechos.apc.org/wsis/cdocs.shtml?x=9826>



da sociedade da informação que podem ser pontuais para o desenvolvimento de processos de informação, capacitação, promoção da participação ativa e proposicional da sociedade civil.

Conclusões adicionais assinalam a importância da utilização do termo sociedades da informação no “sentido em que cada sociedade deverá definir e construir uma SI de acordo com sua realidade sócio-econômica, política e cultural e projetá-la em função de seus ideais de desenvolvimento e evolução humana integral”. No tocante às apostas societárias em jogo quanto à construção das sociedades da informação, acesso, conteúdos e aplicações, articuladas com a capacitação no uso das ferramentas TIC e à compreensão do fenômeno atual, suas implicações, impactos e desafios a nível social, econômico, político e cultural, salienta-se a necessidade de apresentar o tema do abismo digital em sua justa dimensão, ou seja, como consequência e reflexo dos abismos sociais estruturais existentes e, assim, subordinada a estes últimos. Em estreita relação com este tema, encontra-se o tema da inclusão digital e a necessidade do desenvolvimento da cultura de rede, tendo como perspectiva assegurar a “participação real e efetiva através de processos abertos, transparentes e plurais, onde a democracia e o respeito à diversidade não sejam um fenômeno de moda, mas sim uma prática da grande maioria”.

Ao falar de sociedades da informação, estamos fazendo referência aos novos paradigmas e modelos, às novas e diferentes formas de organização social, de apropriação das tecnologias e de seu impacto nas relações sociais. Fala-se, portanto, de cultura, língua, educação e empowerment de grupos sociais”. A relação intrínseca entre o social e o tecnológico exige um uso com sentido das ferramentas tecnológicas.

A participação coordenada dos diferentes agentes sociais e o reconhecimento das contribuições que cada um pode oferecer é determinante na construção de sociedades da informação. A sociedade civil deve gerar mecanismos que lhe permitam organizar-se para participar do processo de definição e desenvolvimento das sociedades da informação. Para atingir estes objetivos, é preciso visibilizar os benefícios e as potencialidades das TIC para melhorar e desenvolver a qualidade de vida do cidadão, demonstrando como estas últimas podem empatar as agendas prioritárias das OSCs que objetivam a redução da pobreza e o alcance das necessidades básicas.

A reunião e as oficinas, bem como os mecanismos delas surgidos para a promoção, o incentivo e o acompanhamento do processo de reflexão e ação, apontam para o fortalecimento das “potencialidades das OSCs dominicanas com vistas a uma participação pró-ativa na construção de uma sociedade da informação que

responda cultural, econômica e socialmente aos interesses da sociedade dominicana”.

México ⁴

“Com uma longa experiência na utilização de novas tecnologias e em processos organizativos, diversos organismos civis mexicanos incorporam-se à análise e discussão em torno da comunicação, seus meios, a normatividade, o acesso, a privacidade e outros tópicos que se encontram no quadro da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação. Neste sentido, desde novembro de 2002, várias organizações mexicanas concordaram em dar um impulso para a criação de um espaço que apóie o movimento civil mexicano a fim de que esteja informado e participe de maneira estratégica de diferentes pontos conjunturais da agenda de informação e comunicação do México”. A articulação de OSCs e ONGs também este sendo feita em torno do debate sobre a sociedade da informação, a comunicação, sua natureza e desenvolvimento, apoiadas em sua trajetória na utilização e promoção das TIC para o fortalecimento dos processos organizativo-colaborativos e a busca de mecanismos de ampliação da democracia.

“Recentemente, diversas organizações civis estão projetando em suas temáticas específicas de trabalho a defesa dos direitos da comunicação. Também, cada vez mais, organismos mexicanos de direitos humanos incorporam às suas agendas de trabalho tópicos vinculados ao direito à comunicação e à democratização da informação. Organizações que diariamente trabalham com meios, fazem propostas orientadas para o direito da comunicação; neste sentido, elas se encontram bem localizadas no âmbito da construção da sociedade da informação e do conhecimento”.

A pesar dos avanços significativos, é necessário ampliar a participação e conduzir o debate até outros grupos da sociedade civil como os indígenas, os sindicatos, as organizações de camponeses, jovens, mulheres, a academia, entre outros.

Um aspecto crucial para o desenvolvimento de sociedades da informação é a defesa e promoção da capacidade de auto-determinação dos povos: “que sejam as próprias comunidades as que participem diretamente na definição dos projetos que as envolvem como agentes nas sociedades da informação e do conhecimento”. Neste sentido, a participação ativa das comunidades, povos e outros agentes sociais para o esboço, a formulação, o seguimento e a avaliação das políticas públicas de TIC e da sociedade da informação é imprescindível. De forma complementar, destaca-se a importância da geração e construção de consensos e canais de comunicação entre o governo e as OSCs mexicanas.

O relatório mexicano oferece um panorama exaustivo

4. O relatório completo se encontra em: <http://lac.derechos.apc.org/wsis/cdocs.shtml?x=9826>



das diversas iniciativas e ações do setor governamental, acadêmico-educativo e civil com relação às TICs e à sociedade da informação.

Equador ⁵

No caso equatoriano, é preciso traçar uma estratégia de discussão profunda sobre os temas prioritários em relação com a sociedade da informação e o direito à comunicação. Uma reflexão que aponte não só para a discussão acadêmica, mas também para as mudanças sociais. Este é um processo de instituições em conjunto, não se esquecendo o vínculo entre comunicação e participação cidadã. O desafio é criar um debate social sobre estes aspectos com um enfoque nacional. A reconfiguração e conjuntura do espaço político no novo governo equatoriano, do qual participam indígenas e alguns movimentos sociais, abrem a possibilidade para a construção de mecanismos de incidência real da sociedade civil em processos de políticas públicas de TIC e da sociedade da informação.

A modo de conclusão...

As oficinas nacionais ofereceram a oportunidade para uma aproximação aos temas prioritários da sociedade da informação, a análise de suas tendências, bem como o intercâmbio de informação sobre as experiências de comunicação e sobre o uso e promoção das TIC por parte das organizações da sociedade civil.

Uma das conclusões de maior peso entre os participantes foi a de incentivar e ampliar o debate sobre os direitos existentes em matéria de comunicação e seu exercício prático, bem como incluir neles a reflexão sobre o direito à comunicação e sua formulação. E da mesma forma, esboçar estratégias para a reflexão permanente, discussão e construção coletiva da sociedade da informação.

5. O relatório completo se encontra em: <http://lac.derechos.apc.org/wsis/cdocs.shtml?x=9874>